

**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Rio Verde  
2ª Vara Cível

**Esta decisão servirá como instrumento de intimação e ofício, nos termos do provimento nº 02/2012 da Corregedoria Geral da Justiça.**

Autos: 1.469/2015  
Processo: 201504275653  
Natureza: Recuperação Judicial  
Requerente: Mendes e Borges Ltda - ME

### **D e c i s ã o**

Trata-se de pedido de recuperação judicial de plano especial ajuizado por **Mendes e Borges Ltda - ME**.

Pois bem.

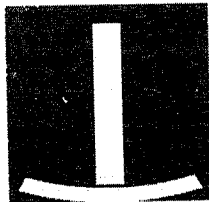
Neste momento processual, incumbe ao juízo condutor do feito apreciar as condições para o exercício da ação e os pressupostos processuais, bem como o atendimento dos requisitos do art. 48 e documentos indicados no art. 51 da lei 11.101/2005.

Da análise dos autos, bem como da documentação jungida com a peça de ingresso, observa-se que o pedido está formalmente correto e foram apresentadas as documentações exigidas na espécie.

Assim, preenchidos os requisitos do art. 51, da Lei de Recuperação Judicial, **defiro o processamento do pedido de recuperação judicial especial** apresentado por **Mendes e Borges Ltda - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.935.826/0001-54, com sede na Avenida Pauzanes de Carvalho, Quadra M, Lote 03, Nº 942, Secção 14, Setor Pauzanes, Rio Verde/GO, CEP: 75.903-060, empresa administrada por seu sócio administrador, senhor Giuler Mendes Gonçalves..

Nomeio para a função de administrador judicial da recuperação judicial a pessoa jurídica **BELÉM PACHECO E ARARIPE ADVOGADOS ASSOCIADOS** com endereço profissional na Rua 05, Quadra C-04, Lote 16/19, Sl. 1.912, Ed. The Prime Tamandaré Office, Setor Oeste, Goiânia Goiás CEP: 74.125-070, Telefone 062 3434-6373, site: [www.bpaadvogados.com.br](http://www.bpaadvogados.com.br), e-mail: [contato@bpaadvogados.com.br](mailto:contato@bpaadvogados.com.br).

Determino que conste no termo de compromisso que o responsável pela condução do processo será o advogado **Filipe Denki Belém Pacheco OAB/GO**:



**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Rio Verde  
2ª Vara Cível

**34.021**, que deve ser intimado para assumir o encargo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em nome da pessoa jurídica, a partir de quando estará investido para a prática de todos os atos da função, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.101/05.

Fixo, nos termos do art. 24 da Lei 11.101/2005, o total da remuneração da administradora judicial no correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial. Todavia, deverá a empresa em recuperação judicial pagar mensalmente à administradora judicial ora nomeada, a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), decorridos 30 dias da assinatura do Termo de Compromisso.

Em consequência do deferimento, fica a devedora dispensada da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, conforme estabelecido no art. 52, II da Lei n. 11.101/05, salvo para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observado o disposto no art. 69.

Ficarão suspensas todas as ações ou execuções movidas contra a devedora (apenas quanto aos créditos abrangidos pelo plano – art. 71, parágrafo único), na forma do art. 6º da LRE, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º, do art. 6º, da Lei 11.101/05 e as relativas a créditos executados na forma dos §§ 3º e 4º, do art. 49, da referida lei, cabendo à devedora informar o fato aos juízos competentes.

A devedora, por seu sócio administrador, deverá apresentar contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição. Determino o depósito em Cartório dos livros e escrituração simplificados (art. 51, IX, § 2º).

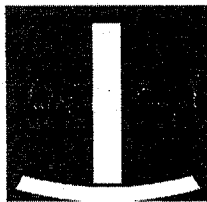
Oficie-se às Juntas Comerciais do Estado onde a Requerente possui registro para que dê cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 69, da LRE.

Comunique-se, por carta, as Fazendas Públicas da União e as Unidades Federadas interessadas e intime-se o Ministério Público dos termos desta decisão.

A devedora deverá apresentar o Plano Especial de Recuperação Judicial no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, sob pena de convolação em falência (art. 53 c/c arts. 71, e 73, II, todos da LRE).

Para fins de elaboração do Quadro Geral de Credores, publique-se o Edital previsto no art. 52, § 1º, da LRE, no Diário Oficial, devendo conter:

I - o resumo do pedido da devedora e da decisão que defere o



**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Rio Verde  
2ª Vara Cível

processamento da recuperação judicial;

II – a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atual de cada crédito, exclusivamente quirografário (art.71, I, II, III, IV);

III – a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pela devedora, nos termos do art. 55, da LRE, salvo na hipótese do art. 53, parágrafo único, desta Lei.

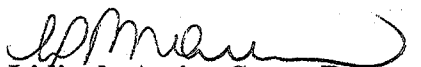
Fica a devedora desincumbida de convocação de assembleia geral de credores, face à opção pelo pedido de recuperação com base em plano especial, segundo regência do art. 72, da LRJ.

Advirto aos credores de que apresentado o plano de recuperação, será publicado edital com aviso para que possam, no prazo de trinta (30) dias, manifestarem eventual objeção (art. 53, parágrafo único).

Por fim, havendo pedidos de falência ajuizados em desfavor da requerente em trâmite nesta Comarca, oficie-se aos respectivos juízos, cujo expediente deverá se fazer acompanhar de cópia desta decisão. E, se processada neste juízo, traslade-se cópia desta para a(s) referida(s) ação(ões).

Intimem-se.

Rio Verde, 11 de dezembro 2015.

  
**Lidia de Assis e Souza Branco**  
Juíza de Direito

